

# ESTUDO CONFRONTATIVO DAS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA E REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO BRASIL<sup>1</sup>

Eraldo da Silva Ramos Filho

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente (UNESP)

Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)

Brasil

[eramosfilho@gmail.com](mailto:eramosfilho@gmail.com)

Na tarde de 4 de agosto de 2004, deixei minha casa, na cidade satélite de Nossa Senhora do Socorro, em Sergipe, dirigindo um Escort 1997, abarrotado com minha bagagem formada por: um punhado de roupas surradas, uma barraca de camping, inseparáveis materiais esportivos, quase todos livros que dispunha e meu computador de mesa. Iniciava ali uma longa viagem de 2.630 quilômetros que me separava da cidade de Presidente Prudente, onde viveria, entre muitas idas e vidas, até praticamente hoje, quando encerro esta fase da pesquisa. Na estrada meu inconsciente me guiou para o rumo da BR-116, até a cidade de Belo Horizonte, de onde terminaria de *cortar* Minas Gerais com destino a Franca, em São Paulo e, finalmente a longínqua Presidente Prudente.

No primeiro momento em que acelerei na Rodovia Rio-Bahia, em um lapso de segundo me veio à mente parte da minha infância. Lembrei que em 1982, *cortei* essa estrada em um ônibus com destino ao Rio de Janeiro, levado por meio pai para visitar meus irmãos, avó e outros parentes. O calor era intenso, em muitos trechos o ônibus balançava muito devido a inexistência de asfaltamento, mas diante da novidade da viagem e ansiedade em rever os meus, imagens da realidade marcaram minha memória para sempre. Nos locais onde a estrada praticamente inexistia, enquanto o ônibus reduzia a marcha para vencer as crateras na pista, uma legião de esqualidos de todas as idades enfileirava-se ao longo da rodovia, segurando pás ou enxadas com uma mão enquanto a outra, acenava para o motorista e passageiros, esfregando os dedos polegar e indicador. Logo, meu pai ensinou-me que estavam pedindo dinheiro por haverem *tapado* os buracos. Foi neste momento, aos 8 anos de idade, que deparei-me

---

<sup>1</sup> O presente texto refere-se as Considerações Finais da tese de doutoramento em Geografia do autor, intitulada **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006)**, orientada pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes, defendida em setembro de 2008 na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” – Campus de Presidente Prudente, disponível em <http://www.fct.unesp.br/nera>

conscientemente com a miséria. Outras vezes, ao longo da minha adolescência, passei por ali e sempre me doía a alma reencontrar-me com aquela realidade.

Naquele cálido agosto de 2004, muita coisa havia mudado em minha vida e, eu estava novamente cortando a Rio-Bahia, agora com destino a São Paulo. A estrada permanecia deteriorada como há 22 anos, as pessoas esqueléticas continuavam colocando pás de terra nos infinitos e profundos buracos sempre que se aproximava qualquer transporte automotor, para em seguida esfregar os dedos. O código social da miséria continuava nas margens da BR-116. Agora me aparecia haver mais pedintes. Senti a impressão que os adultos eram as crianças que vi em 1982, que os idosos eram os adultos daquela época e os jovens e crianças seus netos e filhos.

Em dezembro de 2005, quando viajei para Aracaju, tomei o mesmo rumo. Levava comigo o companheiro Sergio *Duas Unha* Gonçalves, sua companheira Solange Engelman e dois estudantes de geografia da UEPG. Quando entramos na Bahia pela BR-116, as conversas alegres e eufóricas que levávamos calaram-se, senti que um espanto de todos diante da invasão pelas janelas do carro do código social da miséria. Paramos. Conversamos com algumas pessoas, que ligeiramente rodearam o nosso carro. Descobrimos que tratavam-se de sem-terras que se assalariavam, poucos meses do ano, em fazendas de café localizadas entre Jequié e Vitória da Conquista. Solange que vivera por 10 anos sob as lonas de acampamentos de sem-terra no norte do estado do Paraná, visivelmente emocionada, perguntava-lhes se já haviam pensado em se organizar politicamente para lutar por direitos. As pessoas pareciam não compreender o que ela perguntava. A tristeza e indignação calou a todos. Silenciosos seguimos viagem.

Cerca de 10 anos antes da minha vinda para Presidente Prudente, José de Souza Martins (1994, p. 12-13) escreveu que “ na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem vê e quem não vê quem quer e quem não quer”. As mórbidas cenas da Rio-Bahia, construída em 1950, expressam isso. Eu viaja, para ampliar as lentes e instrumentos que tenho utilizado, respectivamente, para enxergar e decifrar a realidade. Esta, ao longo desta pesquisa, me apresentou que o campo está em profundo processo de transformação. Os governos, sucessivamente, desde a ditadura militar, optaram por patrocinar o desenvolvimento do capital (nacional e transnacional) no campo, como estratégia de inserção do Brasil no capitalismo monopolista de forma subalternizada. Em curso, está uma nítida ação de reprimarização da economia, apostando no agronegócio como única alternativa de desenvolvimento. Contudo, para

todos os lados que olho, por todas as partes que caminho, vejo a polarização extrema entre a riqueza, cuja outra face da medalha é a desigualdade, pobreza, miséria.

Partindo do pressuposto que é inválida a premissa da possibilidade de uma única via de desenvolvimento, a qual se afirma o agronegócio. Compreendo que o desenvolvimento somente é possível quando ocorre de forma multidimensional, abrangendo a política, econômica, social, ambiental, cultural e demais dimensões da realidade. Deve ter centralidade na produção de relações sociais mais equânimes e não, necessariamente, harmônicas, mas sim em permanente conflitualidade que pode conduzir a processos e estágios de superação das realidades desiguais. Creio que uma alternativa de desenvolvimento profícuo pode emanar das relações sociais de produção desenvolvidas pelo campesinato.

Esta pesquisa buscou analisar confrontativamente dois instrumentos de criação e recriação do campesinato no governo Lula: a reforma agrária e o crédito fundiário. Estes dois instrumentos configuram-se em políticas públicas contraditórias previstas no II Plano Nacional de Reforma Agrária. São contraditórias porque a primeira, prevista na Constituição Federal é pelo princípio da função social da propriedade e prevê a ruptura com o rentismo fundiário representado na apropriação da terra como reserva de valor e para especulação. Embora seja um preceito constitucional, a presente pesquisa confirma o que já foi explorado por outros pesquisadores que me antecederam, que a criação de assentamentos de reforma agrária depende, muito, da realização da luta popular para pressionar o Estado, latifundiários, judiciário para que se realize o cumprimento da lei. Embora a luta social, encampada, principalmente, a partir das ocupações e marchas camponesas, seja fundamental para conquistar a desapropriação de fragmentos do território do capital e implantação dos assentamentos de reforma agrária, é fundamental que haja um comprometimento político dos governantes para levá-la adiante.

Por sua vez, o crédito fundiário, estruturado atualmente no Programa Nacional de Crédito Fundiário, que oferece aos camponeses 3 linhas de financiamento (CPR, NPT, CAF) e duas ações (TNB e TL) para compra de terras, vai na direção oposta da RA. Vale recuperar que está em curso na sociedade o que Santos (1998) metaforizou como sendo a crise do contrato social da modernidade. No bojo da globalização neoliberal impõe-se interpretação da realidade a partir de uma única dimensão que é a econômica, a do mercado. De modo que a análise hegemônica sobre o campo pauta-se no paradigma do capitalismo agrário. Suas bases sustentam a tese da

transformação do mundo rural, com foco na necessidade de valorizar a pluriatividade rural como alternativa promissora de geração de renda, a multifuncionalidade no qual o campo assume funções como a moradia, veraneio, turismo, lazer serviços, etc.

Perspectiva que impõe, desde a teoria, a necessidade de *modernizar* o campesinato, convertendo-o em agricultor familiar, integrado aos mercados, ao agronegócio, tornando-se assim empreendedor e competitivo. Tais formulações emanam do modelo de *desenvolvimento rural sustentável*, elaborado pelos *think tanks* de instituições multilaterais como o Banco Mundial e modelos em curso na União Européia. Contaminam e subordinam a produção científica e afirmam-se como políticas públicas. O crédito fundiário, em particular, trata-se de uma estratégia do Banco Mundial de criar na década de 1990, um instrumento de acesso à terra para camponeses pobres, sob o argumento do alívio da pobreza, mediante a introdução de um mecanismo fundiário.

O pacote é agrário neoliberal compõe-se de vários instrumentos que perpassam o levantamento do estoque de terras de um dado país, discriminando o que é terra pública e privada, estímulo a titulação alienável da terras, criação de bancos ou fundos de terras que financiem, com auxílio inicialmente do BM *modelos* de reforma agrária de mercado para camponeses pobres, sob o argumento de possibilitar maiores investimentos no campo, agilização da redistribuição fundiária para sujeitos mais *eficientes* e alívio da pobreza. Neste bojo, determinam a descentralização das ações fundiárias do Estado para os governos locais e deslocam o protagonismo da criação e recriação do campesinato para o mercado. Portanto, contribuem diretamente para realização do rentismo fundiários ao criarem no interior dos países credores uma liquidez destinada à compra de terra, que dificilmente seriam vendidas em outras condições.

A confrontação entre as duas formas de criação e recriação do campesinato em curso no Brasil há 12 anos, foi realizada a partir do método geográfico de forma que identifiquei que ambos ocorrem por meio dos processos de geográficos de espacialização e territorialização. A análise das relações socioespaciais em curso, nas duas políticas, evidencia o dimensionamento do espaço de socialização política.

No caso da reforma agrária este espaço é formado por 3 dimensões na qual as famílias se encontram entre si, trocam experiências, refletem sobre suas condições e os motivos das suas privações, identificam as formas de superar suas realidades e podem decidir organizar-se politicamente e entram na luta pela terra,

ocorrendo sua territorialização no momento em que entram na terra, mediante a conquista dos assentamentos de reforma agrária. Os camponeses protagonizam, portanto seu processo de criação e recriação, compreendido aqui como suas (re)territorializações. Agora, já na terra as famílias dão prosseguimento à luta, agora para viabilizar o desenvolvimento territorial das comunidades recém criadas. E para tanto, o fazem dimensionando outros espaços políticos.

No caso da RAM, também há o dimensionamento do espaço de socialização política. Os conteúdos das relações socioespaciais são distintos que aqueles da reforma agrária. As regras, as condições o tempo e o espaço da possibilidade da criação e recriação do campesinato são definidos previamente em espaços político-institucionais. Os quais, embora organizações representantes de parcela do campesinato participe dos fóruns, o poder de decisão esta apropriado por outros sujeitos da burocracia e/ou outros ligados ao próprio capital. A mobilização dos camponeses se dá a partir da propaganda, da construção de territórios imateriais, assim como por agentes do capital identificados nos corretores fundiários ligados aos fazendeiros, políticos locais ou líderes comunitários com pretensões políticas, delimitando um espaço da subalternidade, que os convence a fundar associações de trabalhadores rurais destinadas exclusivamente para angariar financiamentos bancários para compra imóveis privados à vista.

O protagonismo do campesinato na sua própria criação o põe diante de uma situação de luta popular, organizada por um movimento socioterritorial que almeja não apenas conquistar a entrada na terra, mas sim alterar o pacto político que tem sustentado o Estado brasileiro à décadas, enfrentar o neoliberalismo e superar o modo de produção capitalista. Para tanto, se organiza, constrói sua matriz discursiva, retém os heróis populares, organiza seu referencial teórico. Assim parte para o enfrentamento com o capital rentista, com o judiciário, com o Estado, etc. Cria o conflito. É no cotidiano do conflito, no reinventar a luta cotidianamente que as famílias forjam suas identidades sem-terra e constroem sua consciência de classe, que lhes servirão, posteriormente, para seguir na reivindicação por direitos.

Na reforma agrária de mercado, o campesinato é a todo o momento conduzido e convencido por agentes externos à sua condição. Não há espaço para uma reflexão sistematizada e profunda sobre suas realidades. A motivação é apenas encontrar uma coleção de seres humanos que não estejam *com o nome sujo na praça* para tomar um empréstimo no banco e comprar uma terra qualquer, que muitas vezes a

escolha é induzida pelo articulador da própria associação de trabalhadores. Portanto, ao (re)territorializar-se encontram-se profundamente fragilizados para dar encaminhamento às questões cotidianas da permanência no assentamento e do desenvolvimento territorial. Nesse caso, a perspectiva da implantação da reforma agrária sem conflitos, como propõe o Banco Mundial, impede e/ou dificulta a construção da consciência da classe que permanece na maioria dos casos latente.

Os estudos realizados sobre as condições de implantação dos empreendimentos de reforma agrária norteada pelo mercado e dos assentamentos de reforma agrária demonstraram semelhanças e diferenças. A primeira semelhança entre ambas as realidades diz respeito às condições de conservação dos imóveis, entenda-se as benfeitorias, condições dos solos e ambiental. Embora o ordenamento jurídico determine, mais recentemente, que somente aquelas propriedades que não se enquadram nas diretrizes da reforma agrária podem ser negociadas por meio do crédito fundiário, as condições de abandono, desgaste e depredação ambiental demonstravam-se muito próximas daquelas encontradas nos assentamentos de reforma agrária, que por sua vez, se concretiza em áreas de imóveis que permaneceram por anos inexplorados, após longo período de exploração predatória. O que exige elevados e regulares investimentos no processo de recuperação e viabilização das atividades produtivas familiares.

Outra semelhança entre os projetos em implantação demonstra que geralmente há o ingresso de um número significativo de famílias nos projetos. Compreendo este processo no âmbito do desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capital no campo e seu conseqüente processo de criação de enorme quantidade de expropriados que desejam de uma forma ou de outra (re)territorializar-se mediante a entrada na terra. Um exemplo desse desespero das famílias, constatei no Acampamento Geraldo Garcia, onde as famílias, ao mesmo tempo que reivindicavam a desapropriação do latifúndio, negociavam a compra do imóvel vizinho ao latifúndio. Uma leitura enviesada sobre esta dinâmica, pode levar aqueles que “não querem ver” (Martins, Ibid) a ignorar a miséria que campeia e afirmar equivocadamente ações especulativas por parte daqueles que nada têm. A enorme pressão demográfica pode conduzir nos dois programas, ao ingresso nos projetos de número maior de indivíduos que a quantidade que as áreas suportam efetivamente. Este é um problema grave pois gera e gerará dificuldades estruturais de permanência das famílias e desenvolvimento territorial compatível com as necessidades das comunidades.

A manifestação desta problemática ocorre de forma diferenciada nas duas políticas em tela. Enquanto na reforma agrária isto se faz de forma consciente, na qual os movimentos socioterritoriais pressionam os órgãos gestores responsáveis pela implantação dos assentamentos, tendo em vista a necessidade de retirar as famílias de anos nas insalubres ocupações de terras. No crédito fundiário os camponeses pressionam os órgãos gestores para aceitarem associações com numero mais elevado que o que comporta a área em negociação, tendo em vista a necessidade de acessar o montante de recursos suficiente para comprar as fazendas. Cria-se, nos dois casos, o grave impasse da inviabilidade dos projetos.

Este é um problema insolúvel. No caso da reforma agrária os sujeitos tendem a intensificar a luta política reivindicando do Estado as condições para viabilizar suas vidas e como as áreas estão estranguladas, a dependência tende a ser uma constante. No caso do crédito fundiário, a baixa capacidade organizativo-reivindicatória das Associações tende a colocar as famílias em dificuldades ainda maiores, como a que encontramos na Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Senhor do Bonfim onde as famílias endividadas tentam se assalariar nas fazendas do entorno, utilizam inadequadamente a área de preservação permanente para a alimentar os animais. Ou ainda a situação das famílias na Associação do Campo Grande que se submetem a vender a força de trabalho para alimentar o gado.

Estas dinâmicas absurdas, demonstram ainda que as políticas fundiárias em curso têm uma característica imediatista, pois destina-se apenas às gerações presentes não criando no seu corpo condições para os processos sucessórios de um perfil de sujeitos, geralmente com enorme prole. Os filhos dos mutuários e beneficiários, dificilmente conseguirão nestas condições permanecer nas áreas arrecadadas e compradas. Restará a estes sujeitos a condição de subordina-se como jornaleiros no campo ou nas cidades ou engrossar os cordões de sem-terra para entrar na terra, seja por meio da luta política ou por meio dos mecanismos de mercado, caso ainda existam em sua época.

Das diferenças entre os dois territórios em construção merece destacar, primeiramente, o prazo de instalação. A reforma agrária de mercado os créditos disponibilizados para os camponeses prevêm recursos para compra das terras implantação da infra-estrutura comunitária e partes da infra-estrutura produtiva. No caso o CPR os investimentos comunitários e produtivos são concedidos a fundo perdido e no caso do CAF reembolsáveis. A disponibilidade dos recursos permite que, se não houver

problemas na prestação de contas da realização dos investimentos, os assentamentos são implantados com relativa agilidade. Já nos assentamentos de reforma agrária, os depoimentos dos camponeses demonstraram que a implantação inicial dos projetos está submetida ao tempo lento da burocracia do INCRA e envolve em alguns casos a ação de funcionários que conspiram para que os investimentos emperrem, criando um descompasso entre a necessidade de viabilização da vida e a liberação dos recursos e a realização dos investimentos. Neste contexto, exige que os trabalhadores se organizem para pressionar politicamente o órgão gestor da reforma agrária.

Outra diferença importante, diz respeito ao tratamento despendido pelo Estado após a criação dos dois tipos de projetos. Enquanto que na reforma agrária o assentamento é um território camponês cuja atribuição de manutenção é do Estado, até que o mesmo atinja patamares de estruturação suficientes para sua emancipação. O que no pensamento neoliberal gera uma grande dependência dos camponeses das ações do Estado que deve ser eliminada mediante estímulos e investimentos, com vistas a acelerar o processo de emancipação. Os empreendimentos de RAM tem um tratamento ambíguo, no qual algumas as ações de implantação correlacionam-se com a magnitude dos recursos disponíveis mediante empréstimos, mas os territórios, por assim dizer, já nascem emancipados tendo em vista que são encarados também como propriedades privadas forçando os mutuários a criar as condições de manutenção dos projetos.

A condição de pagamento das terras financiadas e arrecadadas também é uma diferença fundamental. Nos assentamentos de reforma agrária as famílias não se importam com a contratualidade de pagamento previsto e seguem construindo alternativas para desenvolverem o território, mediante a pressão junto ao Estado e construção de articulações com diferentes atores que possam contribuir seja como créditos, construção de conhecimento, ou oferecendo ou ampliando a gama de serviços que necessitam. Buscam cotidianamente fortalecer as práticas de ordenamento do seu território. A entrada na terra é encarada como uma conquista advinda da luta política protagonizada por eles mesmos.

Na RAM as famílias dividem suas preocupações com a necessidade de gerar a renda necessária a subsistência da família e a geração de excedentes que somem o montante necessário para quitar os compromissos assumidos junto ao agente financeiro. Por sua vez, o ordenamento territorial já vem previamente definido, no caso do CPR, uma vez que o ordenamento territorial prevê a destinação de um lote de moradia, uma parcela produtiva familiar e uma área



comunitária. Contudo, as trajetórias de vida e as condições de formação de agrupamento das famílias não criaram espaços necessários ao despertar da potencialidade do trabalho comunitário.

Quando isto ocorre, se dá apenas de forma parcial, voltado para angariar renda para pagar uma dívida previamente contraída. A condição dos sujeitos os impede de perceber esta forma de organização produtiva de modo mais amplo, como uma potencialidade política, como práxis libertadora. Ademais, como os empreendimentos apresentam, na maioria dos casos, condições limitantes à realização da produção, cenários de desagregação comunitária se delineiam no interior das associações, nos quais afloram com maior proeminência a diferenciação social do campesinato, expressa na oposição entre aqueles que conseguem pagar a dívida, e os que não conseguem, que são responsabilizados pela condição de endividamento da coletividade.

Tais condições de implantação destas políticas me conduziram a compreender a RA como um território da política. Pois não é a política pública por si só que viabiliza o assentamento. Mas é a capacidade de organizar-se dos sujeitos que permite a construção de alianças que contribuam para a fixação dos trabalhadores na terra e seguir a senda da construção de suas realidades. Por sua vez, a forma de ingresso na RAM mediante a realização da renda absoluta da terra, identificada na venda do *ativo terra*, e freqüente condição de endividamento torna proeminente a dimensão econômica da realidade, me estimulando a interpretá-la como um território da economia, do mercado, no qual o capital tem mais poder que os camponeses, subordinando-os aos seus interesses. Faz-se necessário, portanto, que as Organizações sindicais alterem a prática de defesa do cumprimento cego do ordenamento jurídico da RAM e volte-se para suas bases, fortalecendo-os para enfrentar as condições em que se encontram.

Nesse sentido, sinto-me obrigado a realizar uma interpretação sobre a flexibilização da posição política do MST/SE ao entrar no crédito fundiário. Como afirmei anteriormente, a RAM, mais que isso o pacote fundiário neoliberal, foi criado com o objetivo de eliminar os conflitos fundiários e criar um consenso (pelo mercado) no processo conflituoso de criação e recriação do campesinato. Contudo, o movimento do real tem demonstrado que assim como no Brasil, em diferentes países da Ásia, África e América Latina, a luta popular permanece. O campesinato recria formas de ser protagonista da sua recriação e difunde as

ocupações de terras como metodologia de maior impacto para pressionar os órgãos competentes pela reforma agrária. Simultaneamente, a RAM se territorializa em uma tentativa de blindagem da propriedade privada rural, frente à ameaça imposta pelos trabalhadores, coopta camponeses, líderes e movimentos socioterritoriais.

Um exemplo é o que está em curso em Sergipe, onde o MST já configura como a Organização que mais demanda terras pelo crédito fundiário. Embora, compreenda esta postura como um movimento de cooptação exercido por parte do atual governo do Estado, Marcelo Déda, aliado histórico do MST. A sua inserção se faz de forma organizada. Ou seja, demandam todas as áreas que não podem mais ser desapropriadas pelo programa de reforma agrária, mediante o estabelecimento do conflito por meio de ocupações, e assim mantêm as famílias sobre seu processo educativo-ideológico e forçam os fazendeiros a negociarem os imóveis conquistando preços mais baixos.

Porém, ao mesmo tempo que vislumbro que a Organização poderá sofrer uma crise por esta opção, com um número crescente de sua base almejando entrar na terra por este instrumento. A análise de documentos internos e as posturas adotadas contra o neoliberalismo em nível internacional me faz crer que esta organização trará a RAM do território da economia para o território da política e orientará sua base para o descumprimento da contratualidade financeira, em uma tentativa de apropriar-se da política para destruí-la por dentro.

A análise dos dados referentes à territorialização da RAM e RA no Brasil demonstrou que a segunda é a principal forma de criação e recriação do campesinato. Embora os governos analisados, em virtude da correlação de forças favoráveis aos ruralistas, mantenham-se optando por realizar a criação de projetos de assentamento em áreas públicas ou da própria reforma agrária mediante o reordenamento fundiário, ao invés de enfrentar o latifúndio, a concentração e o rentismo fundiário.

Por sua vez, a RAM que não deslanchou em número de famílias, já atinge uma proporção significativa do montante de famílias de que entraram na terra desde sua criação em 1997. Ao ser controlado pelo mecanismo da oferta e procura, encerra-se por pulverizar-se espacialmente naqueles estados em que está em processo de implantação. A observação da amplitude no governo Lula, e a postura dos governadores eleitos pelo PT frente a este instrumento fundiário, me faz

crer, que esta tornou-se uma política fundiária incorporada ao programa deste partido que, contraditoriamente sempre defendeu a reforma agrária.

Em diferentes países aqui perscrutados, onde a RAM atuou, houve elevação dos preços das terras. No caso brasileiro, em particular nas incursões em Sergipe, o teto estipulado para o CPR já não atinge os valores de terras praticados naquela unidade da Federação. Em São Paulo, onde as terras são mais valorizadas a expansão do programa encontrou o primeiro entrave nos patamares dos preços. No caso sergipano, substitui-se, agora, a linha CPR pela CAF cujo teto de financiamento é mais elevado.

Decorrente disto aponto algumas tendências: a) uma de explícita intencionalidade de individualização do campesinato mediante ingresso no CAF, fragmentando ainda mais o campesinato deste programa; b) criação de uma condição na qual ganham os fazendeiros ao negociar várias parcelas isoladamente, como se fosse um loteamento; c) a disponibilidade de mais crédito gerará ao mesmo tempo, maior liquidez, estimulando um comportamento crescente nos preços das terras, de modo que em determinado período esta linha de financiamento (CAF) não mais conseguirá comprar as propriedades, se auto-destruindo ou determinando a pauta política dos sindicatos que reivindicarão a elevação dos tetos de financiamento, para o deleite dos proprietários; d) quanto maior o tamanho do financiamento, maior será o tamanho da dívida para os camponeses, que se continuarem a criar-se e recriar-se sobre estas bases tenderão a desterritorializa-se.

Neste contexto, é necessário a reativação de campos de luta política na agenda da Via Campesina Brasil, entorno do enfrentamento radical às políticas fundiárias neoliberais. Ao mesmo tempo em que prossigam com o enfrentamento ao agronegócio, e exigindo a realização de um programa de reforma agrária multidimensional, com centralidade no governo federal e sobre o controle dos trabalhadores. Com vistas a possibilitar a construção de uma sociedade que elimine a fúnebre e vergonhosa realidade daqueles que encenam os diversos códigos sociais da miséria, nos diversos circuitos marginais Brasil, adentro e afora.

## **Bibliografia**

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2 ed. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1998.

ARENDRT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BANCO MUNDIAL. **Llegando a los pobres de las zonas rurales.** Washington, DC: Banco Mundial, 2002<sup>a</sup>. Disponível em <<http://www.worldbank.org/rural>>. , Acessado em 19 de jun. 2008, 01:05.

BANCO MUNDIAL. **Alcanzando a los pobres rurales: nueva estrategia del desarrollo rural del Banco Mundial - Resumen.** Washington, DC: Banco Mundial, 2002b. Disponível em <<http://www.worldbank.org/rural>>. , Acessado em 19 de jun. 2008, 00:53.

BARROS, Flávia; SAUER, Sérgio; SCHWARTZMAN, Stephan (orgs). **Os impactos negativos a política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial.** Rede Brasil, 2003.

BOLETIM DO DESER. Banco da Terra: uma análise econômica, n. 102. Curitiba: Departamento Sindical de Estudos Rurais, n. 102, 1999. 23 p., n. 102, Edição especial.

BOMBARDI, Larissa Mies. Contribuição ao debate teórico acerca dos conceitos de campesinato e agricultura familiar. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, 2002, João Pessoa, **Por uma Geografia Nova na construção do Brasil.** João Pessoa: AGB, João Pessoa, 2002, p. 1-10.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos II: por um movimento social europeu.** Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2001.

DEININGER, Klaus. **Políticas de tierras para el crecimiento y la reducción de la pobreza.** Bogotá: Alfaomega/Banco Mundial, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano; LEAL, Gleison Moreira. **Contribuições teóricas para a pesquisa em geografia agrária.** 2002, Disponível em: <<http://www.abrarefaormagraria.org.br/artigo132.doc>> Acessado em 04 de abr. 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera, Presidente Prudente, Ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005a.** Disponível em: <[http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Revista/Arq\\_6/Textos%20PDF/Fernandes.pdf](http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Revista/Arq_6/Textos%20PDF/Fernandes.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2006.

\_\_\_\_\_. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil.** Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2005b.

\_\_\_\_\_. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo, Córtez, 2001.

\_\_\_\_\_. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **MST: formação e territorialização em São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital.** Tradução: Celso Azzan Júnior, São Paulo: Annablume, 2005.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso.** São Paulo: Hicitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

MARTINS. Mônica Dias. (org.). **O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia.** São Paulo: Viramundo, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Projeto crédito fundiário e combate à pobreza rural**. Brasília: Dez. 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Presidente (2003 – 2006: Lula). **Plano nacional de reforma agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília: Nov. 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Banco da Terra**. Disponível em: < <http://www.bancodaterra.gov.br/bt1.htm#bt1> > Acessado em: 29 mar. 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um Novo Mundo Rural**. Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado. Brasília, 1999. Disponível em: < <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=24> > Acessado em 01 fev. 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, construção de territórios e formação profissional**. Presidente Prudente: mimeo, 2006.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). Presidente Prudente, 2008. 410. Tese. (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” – Campus de Presidente Prudente. Disponível em: < <http://www4.fct.unesp.br/nera/biblioteca.php> >. Acessado em: 3 out. 2008.

\_\_\_\_\_. A crise do contrato social da modernidade: o caso da reforma agrária de mercado do Banco Mundial. **Revista Formação**. Presidente Prudente, v. 02, n. 13, p. 287 – 307, 2007. Disponível em: < [http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/Formacao\\_especial.pdf](http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/Formacao_especial.pdf) > Acesso 2 de out. 2008.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 8, n. 6, p. 46 – 58, jan./jun. 2005. Disponível em: < [http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Revista/Arq\\_6/Textos%20PDF/Ramos%20Filho.pdf](http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Revista/Arq_6/Textos%20PDF/Ramos%20Filho.pdf) > Acesso em: 01 fev. 2007.

\_\_\_\_\_. **“Pra não fazer do cidadão pacato um cidadão revoltado”**: MST e novas territorialidades na Unisa Santa Clara. Aracaju, 2002. 162. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: < [http://cinelandia.ufs.br/tede//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=59](http://cinelandia.ufs.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=59) >. Acessado em 09 abr. 2008.

ROSSET, Peter. O bom, o mal e o Feio: a política fundiária do Banco Mundial. In: MARTINS. Mônica Dias. (org.). **O Banco Mundial e a Terra**: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004, p.16-24.

SADER, E. Idéias e questões. In: **Quando novos personagens entram em cena: neirociências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 25-60.

SANTOS. Boaventura da Silva Santos. **Reinventar a democracia**. Lisboa: Gadiva, 1998, p. 5-69.

THOMPSON, Edward. P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciencia”. In: NEGRO, Antonio Luigi., SILVA, Sérgio. (orgs.) **E. P. Thompson**: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Edunicamp, 2001, p. 269-281.